
Allianz Saúde S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta



Allianz Saúde S.A.

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




Allianz Saúde S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

ALLIANZ SAÚDE S.A.
CNPJ Nº 04.439.627/0001-02



www.allianz.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Allianz Saúde S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

A Allianz Saúde (Seguradora) é uma empresa controlada pela Allianz Seguros, unidade brasileira do Grupo Allianz, que está presente em 70 países e acumula mais de 125 anos de história. Reconhecido por sua solidez financeira e alto coeficiente de solvência, o Grupo Allianz é um dos maiores do mundo em seguros e gestão de ativos, com mais de 88 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 140 mil colaboradores. Em 2018, registrou receitas de 130,6 bilhões de euros e lucro operacional de 11,5 bilhões de euros.

Desde sua fundação, a Seguradora opera exclusivamente com seguro empresarial. Desde então, esse ramo passou por profundas mudanças e o mercado teve que inovar seus modelos operacionais e comerciais para mantê-lo sustentável. No que diz respeito a essas movimentações, em 2018, a Seguradora trabalhou para consolidar a automação de seus processos internos e junto ao canal de vendas e a simplificação de seus planos, além de ter controlado o seu índice de sinistralidade.

Pelo fato de figurar entre os produtos que estão no centro de sua estratégia comercial, a Seguradora inseriu o seguro saúde em seu novo modelo de negócio, fundamentado em simplicidade, conectividade, eficiência e proximidade, a partir do ano passado. Por meio de investimentos e implementação de tecnologia, os corretores de seguros passaram a indexar documentos, fazer cotações, emitir a proposta comercial e a apólice e, posteriormente, gerenciar a carteira de clientes com a Seguradora de maneira *online*.

A Seguradora contou ainda com mudanças tais como: carteira intermediária, o segmento PME50, de 50 a 199 vidas; e novos planos com valores mais competitivos. O processo de cotação e emissão do Allianz Saúde PME também passou a ocorrer digitalmente, na ponta.

Ao longo do ano, a Seguradora atuou tendo como foco as capitais e regiões metropolitanas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para atender empresas de todos os portes, estruturou os planos PME5 (de 5 a 49 vidas), PME50 (de 50 e 199 vidas) e Empresarial (a partir de 200 vidas) e lançou quatro categorias de cada um deles: Essencial, Ampliado, Completo e Exclusivo.

Para a Seguradora, o ano de 2018 foi tempo de fortalecimento. A Seguradora promoveu ações perseguindo, principalmente, uma forte melhora no índice de solvência e na rentabilidade. A revisão de processos internos e do portfólio, como também de representativos investimentos em tecnologia, são algumas das medidas tomadas para conferir ainda mais qualidade ao produto e posicionar a Seguradora para o crescimento sustentável. Durante o exercício de 2018, houve também um intenso trabalho para basear a cotação e emissão de apólices e gestão de sinistros na simplificação e descentralização. Esse modelo de negócio permanecerá em 2019 e será aprimorado a partir de outros investimentos, como em serviços digitais e *mobile*, e impulsionado a Seguradora orientada às vendas e com foco no cliente.

Reconhecimento à Allianz Saúde

21ª *Top of Mind* de RH – Em junho de 2018, foi a décima vez que a Seguradora figurou no *Top of Mind* de RH na categoria “Seguro Saúde”.

Indicadores de desempenho

Resultado bruto

O resultado bruto totalizou R\$ 54 milhões (R\$ (29) milhões em 2017) e foi impactado pela revisão de toda carteira pertencente à Seguradora, que permitiu o encerramento de contratos onerosos, iniciados em 2017.

Resultado antes dos impostos e participações

O resultado antes dos impostos e participações totalizou R\$ 11 milhões (R\$ (86) milhões em 2017), com influência direta na redução dos custos de comercialização e despesas administrativas, seguido da redução do resultado financeiro.

Resultado do exercício

Expressa pela significativa melhora operacional, o resultado do exercício atingiu R\$ 4 milhões (R\$ (87) milhões em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Seguradora totalizou R\$ 212 milhões (R\$ 207 milhões em 2017), passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 2.076,98 por lote de mil ações.

Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Diretoria por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos acionistas da Seguradora, devidamente registrado em ata na qual constará, entre outras informações e, caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei, não sendo proposta pela Diretoria tal distribuição ao final do exercício de 2018, visto que o lucro apurado ao final do exercício será utilizado na compensação de prejuízos de exercícios anteriores.

Planejamento estratégico

O planejamento estratégico tem como principal objetivo aumentar a produtividade operacional, utilizando para isto os recursos disponíveis de forma eficiente. As projeções financeiras e econômicas são determinadas utilizando-se diferentes fontes de informações, projeções do cenário econômico local, participação de mercado, estatísticas e necessidades dos segurados, permitindo crescimento sustentável à Seguradora.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		114.052	57.677
DISPONÍVEL	5	30.849	27.200
REALIZÁVEL		83.203	30.477
Aplicações Financeiras	6	72.459	12.570
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	10.2	23.120	12.570
Aplicações Não Vinculadas		49.339	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	2.983	9.299
Prêmios a Receber		2.546	6.163
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		437	3.136
Despesas Diferidas		214	229
Créditos Tributários e Previdenciários	8	7.301	8.092
Bens e Títulos a Receber		244	285
Despesas Antecipadas		2	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		238.281	295.938
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		238.143	295.467
Aplicações Financeiras	6	186.656	255.029
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	10.2	88.009	104.912
Aplicações Não Vinculadas		98.647	150.117
Créditos Tributários e Previdenciários	8	17.608	22.575
Depósitos Judiciais e Fiscais	11.1	33.879	17.863
IMOBILIZADO	9	138	471
Imobilizado de Uso Próprio		138	471
TOTAL DO ATIVO		352.333	353.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTA	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		102.923	123.029
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10.1	83.997	94.163
Provisão de Prêmio		2.759	3.320
Provisão para Remissão		348	383
Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS		3.956	4.177
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		24.227	27.903
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		52.707	58.380
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		972	1.980
Comercialização sobre Operações		886	1.974
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		86	6
Provisões		6.664	8.380
Provisão para Ações Judiciais	11.1	6.664	8.380
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	2.142	3.580
Débitos Diversos	13	9.148	14.926
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		37.890	23.470
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10.1	83	113
Provisão para Remissão		83	113
Provisões		37.807	23.357
Provisões para Tributos Diferidos	8	1.286	1.388
Provisão para Ações Judiciais	11.1	36.521	21.969
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	211.520	207.116
Capital Social		308.580	308.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.929	1.696
Prejuízos Acumulados		(98.989)	(103.160)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		352.333	353.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NOTA	2018	2017
PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		390.559	518.044
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		393.671	514.914
Prêmios Retidos	15.1	393.044	514.066
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		627	848
Tributos Diretos de Operações com de Planos Assistência à Saúde	15.2	(3.112)	3.130
SINISTROS RETIDOS	15.3	(338.525)	(539.946)
Sinistros Conhecidos ou Avisados		(344.198)	(545.802)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		5.673	5.856
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		52.034	(21.902)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	15.5	278	2.002
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	15.5	1.857	(9.072)
Outras Receitas/(Despesas) de Operações de Planos de Assistência à Saúde		581	(10.010)
Reversão da Redução ao Valor Recuperável		1.276	938
RESULTADO BRUTO		54.169	(28.972)
Despesas de Comercialização	15.4	(29.881)	(42.410)
Despesas Administrativas	15.6	(35.563)	(42.460)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		22.142	28.234
Receitas Financeiras	15.7	37.278	28.401
Despesas Financeiras	15.8	(15.136)	(167)
RESULTADO PATRIMONIAL	15.9	30	(14)
Receitas Patrimoniais		30	21
Despesas Patrimoniais		-	(35)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		10.897	(85.622)
Imposto de Renda	16	(654)	-
Contribuição Social	16	(635)	-
Impostos Diferidos	16	(4.532)	2.128
Participações sobre o Resultado		(905)	(3.441)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		4.171	(86.935)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		101.840.285	101.840.285
(=) Resultado do exercício por ação		0,04	(0,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	208.580	(189)	(16.225)	192.166
Aumentos de Capital	100.000	-	-	100.000
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	1.885	-	1.885
Resultado do Exercício	-	-	(86.935)	(86.935)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	308.580	1.696	(103.160)	207.116
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	233	-	233
Resultado do Exercício	-	-	4.171	4.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	308.580	1.929	(98.989)	211.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.171	(86.935)
Variação no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Reconhecidos por Ativos Próprios	132	3.427
Efeitos Tributários (*)	101	(1.542)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>4.404</u>	<u>(85.050)</u>

(*) Os saldos de 2018 foram constituídos à alíquota de 40%, as reversões do exercício de 2017 foram calculados à alíquota de 45% (Vide Nota - 3.5).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO METODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	407.274	531.114
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	54.077	300.875
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	976	976
(+) Receitas Financeiras - Equivalentes de Caixa	1.857	2.527
(+) Outros Recebimentos Operacionais	428	9.604
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(348.095)	(549.911)
(-) Pagamento de Comissões	(30.084)	(41.014)
(-) Pagamento de Pessoal	(25.276)	(28.271)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(371)	(319)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(3.995)	(4.193)
(-) Pagamento de Tributos	(10.120)	(13.077)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	(1.012)	(1.547)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.228)	(1.909)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(502)	(277)
(-) Aplicações Financeiras	(26.993)	(292.033)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(9.578)	(18.242)
Caixa líquido das atividades operacionais (*)	6.358	(105.697)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	30	146
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	(176)
Caixa líquido das atividades de investimentos	30	(30)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	100.000
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(2.739)	(2.486)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(2.739)	97.514
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.649	(8.213)
CAIXA – Saldo Inicial	27.200	35.413
CAIXA – Saldo Final	30.849	27.200
Ativos Livres no Início do Exercício	150.117	131.973
Ativos Livres no Final do Exercício	147.986	150.117
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(2.131)	18.144

(*) A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais está apresentada na nota explicativa 18.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303, e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Seguradora opera com seguro saúde em grupo, cuja abrangência se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Seguradora são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 418/2016.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras individuais considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras individuais é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Aplicações Financeiras
- Nota 7 – Crédito das Operações com Planos de Assistência à Saúde (Provisão para Perda sobre Crédito)
- Nota 8 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 10 – Provisões técnicas
- Nota 11 – Depósitos e Provisões Judiciais

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Apurações do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da fatura ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da provisão de prêmios não ganhos (PPCNG).

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalentes a caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

3.2.2 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das duas categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem substancialmente os "Créditos das Operações com Planos de Assistência à Saúde".

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) as quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam, substancialmente, obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito de prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging*. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por equipamentos e veículos. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.5 Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no ano para imposto de renda e a 20% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido deve ser mensurado pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas. Neste sentido, aplicou-se a alíquota de 45% sobre as diferenças temporárias que se realizaram durante o ano de 2018 e 40% sobre as diferenças temporárias que se realizarão a partir de 2019.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância a legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de operações de assistência à saúde estão classificadas conforme apresentado abaixo:

3.6.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPCNG

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPCNG) é constituída pela parcela do prêmio do seguro saúde, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *pró-rata die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

3.6.2 Provisão para Remissão

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando o disposto na Resolução Normativa nº 393/15 da ANS.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

3.6.3 Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde – SUS, realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A Seguradora analisa os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

3.6.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data base das demonstrações financeiras individuais.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de contratos vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos sinistros não estejam relacionados ao contrato são classificados como ação judicial. Caso um sinistro lançado inicialmente como provisão para ações judiciais for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização.

3.6.5 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - PEONA

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 36 períodos de desenvolvimento e agrupamento mensal.

3.7 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras individuais, quando aplicável.

3.8 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/00 e 12.832/13, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos.

O CRO e sua estrutura assumem o papel de “segunda linha de defesa”, e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar o Perfil de Riscos da Seguradora. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias sejam apurados e deliberados por este Comitê de Ética;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais (IFRS) e nacionais.
- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução de frequência e custo médio por garantia e as eventuais causas de desvio e a rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual;
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas para proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos para que a Seguradora esteja melhor posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente; e

- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

4.2 Risco de seguros – Saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho. Riscos de crédito e variações nos preços praticados são monitorados constantemente pela área de subscrição através de avaliações financeiras das empresas empregadoras com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador.

4.2.1 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada na utilização de premissas atuariais que demonstram o estresse de cenários de sinistros, despesas e ressarcimentos.

Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

	31.12.2018		
	Valor Contábil	Efeito na DRE e PL	Saldo
Premissas - teste de estresse			
Aumento de 5% nos sinistros	(344.149)	(17.207)	(361.356)
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	5.624	(281)	5.343
	31.12.2017		
	Valor Contábil	Efeito na DRE e PL	Saldo
Premissas - teste de estresse			
Aumento de 5% nos sinistros	(547.169)	(27.358)	(574.527)
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	7.223	(361)	6.862

4.2.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo de planos, localização e redes de prestadores cadastrados.

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito no qual a Seguradora está exposta se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz. A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o

credit score dos segurados pessoas físicas e pessoas jurídicas durante o processo de aceitação ou não do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos brasileiros foram baseados no *rating* local da agência S&P (Standard & Poor's).

Agência Classificadora	31.12.2018				
S & P / Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB- A1; A2; A3;	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3	
				Sem Classificação Rating	Total
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa públicos	259.115	-	-	-	259.115
Total das aplicações financeiras	259.115	-	-	-	259.115
Fundos de investimentos - equivalentes de caixa	28.856	473	367	(2)	29.694
Empréstimos e recebíveis					
Créditos de operações com planos de saúde *	-	-	-	7.100	7.100
Total	287.971	473	367	7.098	295.909

Agência Classificadora	31.12.2017				
S & P / Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB- A1; A2; A3;	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3	
				Sem Classificação Rating	Total
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa públicos	267.599	-	-	-	267.599
Total das aplicações financeiras	267.599	-	-	-	267.599
Fundos de investimentos - equivalentes de caixa	24.775	-	367	1.197	26.339
Empréstimos e recebíveis					
Créditos de operações com planos de saúde *	-	-	-	14.692	14.692
Total	292.374	-	367	15.889	308.630

*Excluindo valor de R\$ 4.117 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.393 em 31 de dezembro de 2017), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

4.3.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que são analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimentos e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

31.12.2018				
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	133.407	(4.661)	128.746
Pós-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	125.708	-	125.708
Outros-valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimentos - equivalentes de caixa	-			
		29.694	-	29.694
Totais		288.809	(4.661)	284.148

31.12.2017				
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	122.890	(7.402)	115.488
Pós-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	144.709	-	144.709
Outros-valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimentos - equivalentes de caixa	-			
		26.339	-	26.339
Totais		293.938	(7.402)	286.536

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro.

A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos e *asset management*, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de *stress* e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao Risco de Liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para

tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos da Seguradora.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

31.12.2018					
Descrição	A vista ou sem vencimento				Total
	definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	30.849	-	-	-	30.849
Aplicações financeiras	-	72.459	164.638	22.018	259.115
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	612	2.371	-	-	2.983
Bens e títulos a receber	-	244	-	-	244
Total dos ativos financeiros	31.461	75.074	164.638	22.018	293.191
Provisões técnicas	-	83.997	83	-	84.080
Débitos das operações de assistência à saúde	-	972	-	-	972
Débitos diversos	3.132	6.016	-	-	9.148
Total dos passivos	3.132	90.985	83	-	94.200

31.12.2017					
Descrição	A vista ou sem vencimento				Total
	definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	27.200	-	-	-	27.200
Aplicações financeiras	-	12.570	183.215	71.814	267.599
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	3.363	5.936	-	-	9.299
Bens e títulos a receber	-	285	-	-	285
Total dos ativos financeiros	30.563	18.791	183.215	71.814	304.383
Provisões técnicas	-	94.163	113	-	94.276
Débitos das operações de assistência à saúde	-	1.980	-	-	1.980
Débitos diversos	5.784	9.142	-	-	14.926
Total dos passivos	5.784	105.285	113	-	111.182

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

O fluxo de aplicações financeiras está apresentado por vencimento e, diante do alto grau de liquidez, os instrumentos financeiros podem ser alienados a qualquer momento, face as necessidades da Seguradora.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Diante das suas características, os fundos de investimento foram classificados no ativo disponível como equivalente de caixa.

Descrição	31.12.2018				31.12.2017					
	até 1 ano	de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	mais que 5 anos	Total	até 1 ano	de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	mais que 5 anos	Total
Contas a Pagar e tesouraria	(3)	-	-	-	(3)	(1)	-	-	-	(1)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	9.222	4.807	1.542	15.571	1.110	12.108	9.952	159	23.329
Letra Financeira (LF)	1.271	4.668	367	-	6.306	639	551	-	-	1.190
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	83	664	-	-	747	409	-	505	-	914
Debêntures	112	2.396	3.704	861	7.073	172	208	90	437	907
Totais	1.463	16.950	8.878	2.403	29.694	2.329	12.867	10.547	596	26.339

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos do Grupo Allianz relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). Atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle da posição econômico-financeira da Seguradora. Os valores da margem de solvência e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Calculada em consonância com as regras de transição, estabelecida no artigo 6º e no anexo VII da Resolução Normativa ANS nº 209/09, a margem de solvência e o patrimônio líquido ajustado estão assim apresentados:

	<u>31.12.2018</u>
Patrimônio líquido contábil	211.520
(-) Despesas diferidas	(214)
(-) Despesas antecipadas	(2)
Provisão para ações tributárias*	2.108
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	213.412
Margem de Solvência	
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 36 meses	90.163
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 60 meses	179.107
(C) Maior entre (A) e (B)	179.107
(D) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	78.609
(E) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	141.734
(F) Maior entre (D) e (E)	141.734
X (Parcela mínima)	70,5%
(MS) Margem de Solvência	160.420
Suficiência	52.992

* Conforme determinado pela RN nº 209 de 2009 e IN nº 50 de 2012 (DIOPE) - parágrafo único, aplica-se percentual regressivo sobre o montante registrado na rubrica "Obrigações legais", classificadas no passivo não circulante de 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2018 este percentual é de 16% sobre R\$ 13.178.

5. DISPONIBILIDADES - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e bancos e equivalentes de caixa está assim apresentada:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e Bancos	1.155	861
Fundos de Investimento - Equivalente de Caixa	29.694	26.339
Totais	30.849	27.200

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 Composição e hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A classificação e composição por categoria e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

		<u>31.12.2018</u>					
	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado
Disponíveis para Venda		72.459	176.518	10.138	259.115	100%	259.115
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	10.946	-	10.946	4%	10.274
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	23.367	92.203	10.138	125.708	49%	125.712
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	49.092	73.369	-	122.461	47%	119.914
Totais		72.459	176.518	10.138	259.115	100%	259.115

		31.12.2017						
Disponíveis para Venda	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil		Custo atualizado	
					Valor contábil	Valor justo		
Disponíveis para Venda		12.570	242.453	12.576	267.599	100%	267.599	264.516
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	10.783	-	10.783	4%	10.783	10.193
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	12.570	119.563	12.576	144.709	54%	144.709	144.648
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	-	112.107	-	112.107	42%	112.107	109.675
Totais		12.570	242.453	12.576	267.599	100%	267.599	264.516

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31.12.2017	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2018
Disponíveis para venda	267.599	26.993	(54.077)	18.468	132	259.115
Valor justo por meio de resultado (*)	26.339	276.977	(275.479)	1.857	-	29.694
Totais	293.938	303.970	(329.556)	20.325	132	288.809

	Saldo em 31.12.2016	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2017
Disponíveis para venda	249.512	292.033	(300.875)	23.502	3.427	267.599
Valor justo por meio de resultado (*)	32.175	277.590	(285.953)	2.527	-	26.339
Totais	281.687	569.623	(586.828)	26.029	3.427	293.938

(*) Fundos de Investimentos – Equivalentes de caixa

6.3 Taxa de juros contratada

Em 2018, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 21.432 calculados a valor de mercado. Esta rentabilidade representa 7,67% ao ano, representando 118,70% da variação do CDI do período. No exercício de 2017, o retorno total auferido totalizou R\$ 36.317, relativos à taxa média contratada de 11,21% ao ano (111,96% do CDI do período).

7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

7.1 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	A vencer	31.12.2018			Totais
		Vencidos			
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	mais de 90 dias	
Prêmio a receber	1.671	1.296	801	2.895	6.663
(-) Redução ao valor recuperável	-	(919)	(514)	(2.684)	(4.117)
Prêmio a receber	1.671	377	287	211	2.546
Participação dos beneficiários em sinistros	115	130	155	37	437
Créditos de operações com planos de saúde	1.786	507	442	248	2.983

Descrição	31.12.2017				Totais
	A vencer	Vencidos			
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	mais de 90 dias	
Prêmio a receber	3.744	2.084	2.217	3.511	11.556
(-) Redução ao valor recuperável	-	(1.221)	(1.697)	(2.475)	(5.393)
Prêmio a receber	3.744	863	520	1.036	6.163
Participação dos beneficiários em sinistros	2.192	75	-	5	2.272
Outros créditos operações com planos	-	864	-	-	864
Créditos de operações com planos de saúde	5.936	1.802	520	1.041	9.299

7.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31.12.2018	31.12.2017
Prêmios pendentes no início do exercício	6.163	10.007
Prêmios emitidos líquido	436.287	618.836
IOF	9.337	12.267
Cancelamentos	(43.243)	(104.770)
Recebimentos	(407.274)	(531.114)
Reversão da redução ao valor recuperável	1.276	937
Prêmios pendentes no final do exercício	2.546	6.163

7.3 Movimentação da redução ao valor recuperável

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	5.393	6.330
Constituições	186	1.115
Reversões	(1.462)	(2.052)
Saldo no final do exercício	4.117	5.393

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A rubrica do Ativo Circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

Curto Prazo	31.12.2018	31.12.2017
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.295	1.404
INSS a compensar	926	2.421
IOF à restituir	898	1.725
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	4.182	2.542
Totais	7.301	8.092

A rubrica do Ativo não Circulante é composta pelos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias, e a movimentação destes está assim constituída:

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31.12.2017	Constituição	Reversão	31.12.2018
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	7.276	6.917	(7.276)	6.917
Provisões para perdas	1.348	1.029	(1.348)	1.029
Provisões com funcionários	1.153	755	(1.153)	755
Outras provisões	537	69	(537)	69
Contribuição Social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	5.820	5.534	(7.204)	4.150
Provisões para perdas	1.080	823	(1.284)	619
Provisões com funcionários	821	604	(1.073)	352
Outras provisões	528	55	(442)	141
Créditos tributários	18.563	15.786	(20.317)	14.032
PIS e COFINS - diferido sobre PSL e PEONA	4.012	3.576	(4.012)	3.576
Totais	22.575	19.362	(24.329)	17.608

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31.12.2016	Constituição	Reversão	31.12.2017
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	6.556	7.276	(6.556)	7.276
Provisões para perdas	1.582	1.348	(1.582)	1.348
Provisões com funcionários	894	1.278	(1.019)	1.153
Outras provisões	42	726	(231)	537
Prejuízo fiscal	-	20.824	(20.824)	-
Contribuição Social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	5.248	5.820	(5.248)	5.820
Provisões para perdas	1.267	1.079	(1.266)	1.080
Provisões com funcionários	714	922	(815)	821
Outras provisões	132	581	(185)	528
Base negativa	-	16.659	(16.659)	-
Créditos tributários	16.435	56.513	(54.385)	18.563
PIS e COFINS - diferido sobre PSL e PEONA	-	4.012	-	4.012
Totais	16.435	60.525	(54.385)	22.575

Os tributos diferidos oriundos de ganhos e perdas não realizados sobre os ajustes de avaliação patrimonial, classificados no ativo e passivo diferido, foram compensados no passivo não circulante e totalizaram R\$ 5 e R\$ 1.291, respectivamente (R\$ 1 ativo e R\$ 1.389 passivo em 31 de dezembro de 2017).

Desde o ano de 2015 a Seguradora não registra os tributos diferidos oriundos dos saldos apurados a título de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sendo que os saldos contabilizados foram desreconhecidos em dezembro do mesmo ano. Em dezembro de 2018, a Seguradora apresenta um saldo acumulado de prejuízo fiscal no valor de R\$ 441.613 e um saldo acumulado de base negativa de CSLL no valor de R\$ 441.644.

Sobre o estoque de diferenças temporárias dedutíveis de IRPJ e CSLL, a Seguradora registra a totalidade do saldo apurado, uma vez que a realização destes está vinculado a realização dos ativos e passivos.

O prazo da realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias não relacionadas às contingências fiscais e cíveis é estimado em 2 anos.

Os Créditos tributários decorrentes de provisões relacionadas às ações judiciais em discussão são realizados quando do desfecho dos referidos processos.

9. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

Descrição	Saldo residual			Saldo residual	Saldo contábil		Depreciação acumulada
	31.12.2017	Baixas	Depreciação		31.12.2018	bruto	
Veículos	458	(292)	(39)	127	179	(52)	
Equipamentos	13	-	(2)	11	225	(214)	
Totais	471	(292)	(41)	138	404	(266)	

Descrição	Saldo residual				Saldo residual	Saldo contábil		Depreciação acumulada
	31.12.2016	Aquisições	Baixas	Depreciação		31.12.2017	bruto	
Veículos	488	176	(160)	(46)	458	655	(197)	
Equipamentos	15	-	-	(2)	13	225	(212)	
Totais	503	176	(160)	(48)	471	880	(409)	

10. PROVISÕES TÉCNICAS**10.1 Provisões de Sinistros**

	31.12.2018					Total
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	
Saldo no início do exercício	496	3.320	27.903	58.380	4.177	94.276
Sinistros avisados líquidos de glosa	-	-	348.460	-	1.362	349.822
Recuperação de sinistros	-	-	(5.624)	-	-	(5.624)
Reversão	(65)	(561)	-	-	-	(626)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(5.673)	-	(5.673)
Sinistros pagos	-	-	(346.512)	-	(1.583)	(348.095)
Saldo no final do exercício	431	2.759	24.227	52.707	3.956	84.080

	31.12.2017					Total
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	
Saldo no início do exercício	576	4.089	32.445	64.236	3.744	105.090
Sinistros avisados líquidos de glosa	-	-	551.521	-	1.504	553.025
Recuperação de sinistros	-	-	(7.223)	-	-	(7.223)
Reversão	(80)	(769)	-	-	-	(849)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(5.856)	-	(5.856)
Sinistros pagos	-	-	(548.840)	-	(1.071)	(549.911)
Saldo no final do exercício	496	3.320	27.903	58.380	4.177	94.276

10.2 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – seguros

Provisões técnicas para garantia	31.12.2018	31.12.2017
Provisões técnicas	84.080	94.276
Ativos vinculados		
Títulos de renda fixa - públicos vinculados	111.129	117.482
Suficiência	27.049	23.206
Total aplicações livres*	177.680	176.456

* Inclui saldos de fundos de investimentos classificados como equivalentes de caixa no montante de R\$ 29.694 (R\$ 26.339 em 31 dezembro de 2017).

11. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS**11.1 Provisões judiciais**

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista. Durante o exercício de 2018 a Seguradora procedeu atualização monetária dos saldos ativos e passivos oriundos de processos judiciais fiscais, após pacificação de entendimento proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os montantes estão apresentados na coluna “Atualização monetária”.

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2018	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2018
Fiscais	16.684	302	-	14.982	31.968	17.342	383	(241)	14.993	32.477
Cíveis	610	126	-	-	736	11.859	4.268	(5.954)	-	10.173
Trabalhistas	554	82	(502)	-	134	1.148	341	(954)	-	535
Sinistros*	15	1.041	(15)	-	1.041	-	-	-	-	-
Totais	17.863	1.551	(517)	14.982	33.879	30.349	4.992	(7.149)	14.993	43.185

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2017
Fiscais	15.697	1.131	(144)	-	16.684	16.981	1.106	(789)	44	17.342
Cíveis	3	610	(3)	-	610	10.006	6.236	(4.383)	-	11.859
Trabalhistas	234	1.649	(1.329)	-	554	1.568	986	(1.406)	-	1.148
Sinistros*	28	5	(18)	-	15	-	-	-	-	-
Totais	15.962	3.395	(1.494)	-	17.863	28.555	8.328	(6.578)	44	30.349

* Refere-se a processos judiciais de sinistros, a provisão encontra-se contabilizada na rubrica “Sinistros a liquidar”.

As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

11.2 INSS**11.2.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo 2001.61.00.031902-2)**

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/99, que determina o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, com o que foi interposto recurso de apelação, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Foi negado provimento ao recurso e opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos com efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao recurso de apelação e afastar a incidência da contribuição previdenciária somente sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de plano de saúde. Foi interposto recurso extraordinário pelo que foi julgado prejudicado. Diante dessa decisão, foi interposto agravo interno, o qual não foi provido. Após protocolarmos Liquidação de Sentença por Arbitramento, a União Federal requereu pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação conclusiva, o que foi deferido pelo Juízo. No momento, aguardamos a União Federal apresentar sua manifestação e seus cálculos. O montante provisionado é de R\$ 31.968 (R\$ 16.742 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 31.968 (R\$ 16.684 em 31 de dezembro de 2017).

11.2.2 Notificações fiscais

11.2.2.1 Processos Administrativos nº 37.012.407-3 e 37.012.408-1

Esses processos versam sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003 sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente. Foi interposto recurso voluntário que aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 509 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2017).

11.2.2.2 Processo Administrativo nº 37.012.406-5

Esse processo versa sobre a exigência de multa por suposta ausência de entrega de declarações referente as contribuições previdenciárias relativas ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003. A Seguradora interpôs impugnação administrativa que foi julgada parcialmente procedente. A Seguradora optou por parcelar os débitos objeto do presente processo nos termos da Lei nº 11.941/09 e aguarda-se homologação da quitação do parcelamento.

11.3 Ações cíveis – não relacionadas a sinistros

Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das indenizações e das despesas. O montante provisionado é de R\$ 10.173 (R\$ 11.859 em dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 736 (R\$ 610 em 31 de dezembro de 2017). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 68.317 (R\$ 63.810 em 31 de dezembro de 2017).

11.4 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por empregados ou ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. O montante provisionado é de R\$ 535 (R\$ 1.148 em dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 134 (R\$ 554 em 31 de dezembro de 2017). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 5.257 (R\$ 4.100 em 31 de dezembro de 2017).

11.5 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros judiciais no exercício.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	626	2.488
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	1.577	3.671
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	254	1.851
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	-	363

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
IOF e Contribuições Previdenciárias	370	1.362
Imposto de Renda Retido - IRRF	792	1.020
PIS e COFINS	477	334
Outros	503	864
Totais	<u>2.142</u>	<u>3.580</u>

13. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31.12.2018				31.12.2017				
	A Vencer - Dias				A Vencer - Dias				
	1 a 30	31 a 180	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
Débitos de operações bancárias	-	-	3.132	3.132	-	-	-	4.268	4.268
Fornecedores	236	164	-	400	750	155	-	248	1.153
Obrigações com funcionários	-	4.265	-	4.265	997	4.447	218	-	5.662
Prestação de serviços terceiros	-	-	-	-	-	-	769	-	769
Depósitos de terceiros	939	-	-	939	308	1.117	-	-	1.425
Outras obrigações a pagar	412	-	-	412	300	-	1.349	-	1.649
Totais	<u>1.587</u>	<u>4.429</u>	<u>3.132</u>	<u>9.148</u>	<u>2.355</u>	<u>5.719</u>	<u>2.336</u>	<u>4.516</u>	<u>14.926</u>

(a) As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.

(b) Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social – Subscrito e integralizado no valor de R\$ 308.580 está composto por 101.840.285 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

14.2 Ajuste de avaliação patrimonial – Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2018 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 1.929 (R\$ 1.696 em dezembro de 2017).

14.3 Prejuízos acumulados – Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta rubrica foi de R\$ 103.160. Em 31 de dezembro de 2018 o prejuízo acumulado é de R\$ 98.989.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
15.1 Prêmios retidos	<u>393.044</u>	<u>514.066</u>
Prêmios emitidos	465.333	618.836
Prêmios cancelados e restituídos	(72.289)	(104.770)
15.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	<u>(3.112)</u>	<u>3.130</u>
COFINS operacional	(2.677)	2.692
PIS operacional	(435)	438

15.3 Sinistros retidos	(338.525)	(539.946)
Sinistros avisados	(349.822)	(553.025)
Recuperação de sinistros	5.624	7.223
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	5.673	5.856
15.4 Despesas de comercialização	(29.881)	(42.410)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(29.881)	(42.410)
15.5 Outras receitas / (despesas) operacionais	2.135	(7.070)
Provisão para contingência operacional	2.776	(3.645)
Reversão da redução ao valor recuperável	1.276	938
Cobrança	278	2.002
Manutenção da rede credenciada	(1.585)	(5.066)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(255)	-
Encargos sociais de operações com seguros	(241)	(1.004)
Despesas com administração e cobrança de apólices	(57)	(155)
Material de produtos - marketing	(57)	(140)
15.6 Despesas administrativas	(35.563)	(42.460)
Pessoal	(24.623)	(29.626)
Serviços de terceiros	(3.901)	(5.025)
Localização e funcionamento	(3.436)	(3.930)
Publicidade e propaganda	(881)	(953)
Taxa de Saúde Suplementar	(219)	(625)
Impostos federais	(1.614)	(1.781)
Outras	(889)	(520)
15.7 Receitas financeiras	37.278	28.401
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	18.468	23.502
Atualização de depósitos judiciais - contingências fiscais (NE 11)	14.982	-
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.857	2.527
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	976	976
Juros Selic sobre impostos federais	315	507
Operações de seguros	680	889
15.8 Despesas financeiras	(15.136)	(167)
Despesa financeira com ação judicial - reversão	34	212
Atualização de contingências fiscais (NE11)	(14.993)	(44)
Operações financeiras IOF	(23)	(202)
Outras despesas	(154)	(133)
15.9 Resultado patrimonial	30	(14)
Receita na alienação de bens do ativo permanente	25	21
Despesa na alienação de bens do ativo permanente	-	(35)
Outros resultados patrimoniais	5	-

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Resultado antes dos impostos e após as participações	9.992	(89.063)
Alíquotas nominais		
IRPJ - 25%	(2.498)	22.266
CSLL - 20%	(1.998)	17.813
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes permanentes	(348)	(936)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	645	(1.293)
Provisões para perdas	574	422
Provisões com funcionários	717	(242)
Outras provisões	841	(547)
Compensação e incentivos fiscais	778	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar / recuperar	(1.289)	37.483
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(4.532)	2.128
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(37.483)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.821)	2.128

17. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, sua controladora Allianz Seguros, seus diretores e demais membros-chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou em 31 de dezembro de 2018 R\$ 584 (R\$ 1.091 em 2017).

A Seguradora compartilha com a sua controladora Allianz Seguros certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros são beneficiários de seguro-saúde emitido pela Seguradora; (b) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros.

Com as demais empresas relacionadas a Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros saúde (S), prestação de serviços e serviços administrativos (P).

Partes relacionadas	Tipo	31.12.2018				31.12.2017			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	S	-	-	1.554	-	-	-	1.171	-
Allianz SE	P	-	-	-	(2.367)	-	-	-	(688)
Allianz Global Benefits GMBH	P	-	-	-	(12)	-	-	-	(18)
Allianz do Brasil Participações Ltda.	S	-	-	-	-	-	-	21	-
Allianz Seguros S.A.	S/P	-	169	12.347	(1.744)	-	147	10.412	(1.692)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A	S	-	-	1.340	-	68	-	963	-
AWP Service Brasil Ltda.	S	1	-	2.760	-	984	-	3.802	(1)
Totais		1	169	18.001	(4.123)	1.052	147	16.369	(2.399)

18. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Resultado do Exercício	4.171	(86.935)
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	5.821	(2.128)
Depreciação	41	48
Reversão de Perdas por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	(1.276)	(938)
(Ganho)/Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível	(25)	14
Variação das Provisões Técnicas	12.847	15.592
Variação Outros Ativos e Passivos	(732)	974
Variação nas Contas Patrimoniais:		
Ativos Financeiros	8.717	(16.202)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.893	4.782
Créditos Tributários e Previdenciários	2.521	(802)
Despesas Antecipadas	-	5
Outros Ativos	3.027	277
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.034)	(1.901)
Débitos Diversos	(2.553)	6.444
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(1.075)	1.543
Impostos e Contribuições	(363)	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(1.008)	(1.017)
Depósitos de Terceiros	(486)	1.380
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(23.028)	(26.249)
Passivo Fiscal Diferido	(102)	-
Provisões Judiciais	(1.414)	820
Imposto Sobre Lucros Pagos	(2.584)	(1.404)
Caixa Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais	<u>6.358</u>	<u>(105.697)</u>

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em consonância ao artigo 1.082, incisos I e II da Lei 10.406/2002, a redução do Capital Social da Seguradora no montante de R\$ 50.000, tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto da Seguradora. A referida redução de capital tornar-se-á efetiva e passível de contabilização sessenta dias após a publicação da Ata nos jornais competentes e seu Estatuto Social passa a considerar a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 258.580.319,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e dezenove reais), dividido em 85.338.862 (oitenta e cinco milhões, trezentas e trinta e oito mil, oitocentas e sessenta e duas) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal".

20. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 ou exercícios posteriores. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

• CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

• IFRS 17 – Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

A DIRETORIA:

ATUÁRIA:

Milena Farat Milani
MIBA nº 3107

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar
CRC 1SP-213784/O-0